



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DESEMPENHO DO PLS 2025



JF5
EM REDE





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Diretora do Foro

Juíza Federal Amanda Torres de Lucena Diniz Araujo

Vice-Diretor do Foro

Juiz Federal Cesar Arthur Cavalcanti de Carvalho

Diretora da Secretaria Administrativa

Anna Izabel Furtado de Miranda Lunardelli



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

**Comissão Gestora do Plano de Logística
Sustentável da Seção Judiciária de
Pernambuco**

Roberta Walmsley Soares C. Porto de Barros
(Juíza Federal Presidente da Comissão)

Elizabete Cunha Tavares de Oliveira (Núcleo
Financeiro e Patrimonial)

Guilherme Pires Torres (Núcleo Judiciário)

Helen Melo Tavares Verçosa (Núcleo
Financeiro e Patrimonial)

Juliana Santos Lemos (Núcleo de Estratégia,
Governança e Integridade)

Maria Carolina Costa Pontes (Núcleo de
Administração)

Renata Moraes de Albuquerque (Assessoria
da Secretaria Administrativa)

Elaboração

Juliana Santos Lemos (Núcleo de Estratégia, Governança e Integridade)
Mariela Ramos Garat (Núcleo de Estratégia, Governança e Integridade)

Projeto Gráfico e Diagramação

Adriele Noronha Barbosa da Silva - SJRN
Cláudia Pessoa Tavares de Lyra - TRF5
Magnus Henrique de Medeiros - SJRN
Tatiana Toraci Gois - TRF5



Aponte a câmera do celular no QR code para acessar o
Portal da Sustentabilidade da JFPE

SUMÁRIO

6	Apresentação
7	Painel BI de Sustentabilidade
8	Destaques 2025
10	Resumo dos Resultados
11	Análise dos resultados
29	Justiça Carbono Zero
34	Considerações Finais



APRESENTAÇÃO

O Relatório de Desempenho Anual apresenta informações e análises sobre o cumprimento das metas e a execução das ações previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS) da Justiça Federal da 5ª Região. O presente documento contempla os resultados alcançados no exercício de 2025 pela Justiça Federal em Pernambuco.

Instituído pela Resolução CNJ nº 400/2021 e suas atualizações, o PLS constitui instrumento de gestão estratégica que orienta a adoção de práticas voltadas à racionalização do uso de recursos, à redução de impactos socioambientais e ao fortalecimento da responsabilidade institucional do Poder Judiciário.

Alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, à Política de Sustentabilidade da Justiça Federal, ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 5ª Região e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), o PLS do órgão conta com a participação de diversas áreas administrativas, promovendo uma atuação integrada e transversal.

Em atendimento ao disposto no art. 10 da Resolução CNJ nº 400/2021, este relatório contempla, além do desempenho dos indicadores monitorados, a análise das ações previstas no Plano de Ação do PLS com execução ou conclusão em 2025.

Registre-se, que, por meio do Ato Deliberativo nº 5, de 26 de fevereiro de 2026, a Comissão Gestora Regional do PLS/JF5 aprovou a atualização monetária das metas financeiras do exercício de 2025 relativas aos indicadores de gastos com Limpeza, Vigilância, Telefonia e Manutenção Veicular, mediante a aplicação do índice de 33,53% sobre a média histórica do triênio de referência (2018, 2019 e 2023). A medida, fundamentada na variação acumulada do IPCA e detalhada em estudo técnico da Divisão de Estatística do Tribunal, teve por finalidade recompor o valor real das metas para expressão em moeda de dezembro de 2025, assegurando maior transparência, fidedignidade e comparabilidade na avaliação dos resultados apresentados neste Relatório de Desempenho.

Destaca-se, ainda, que as atualizações promovidas pelas Resoluções CNJ nº 550/2024 e nº 594/2024, que incorporaram o tema “Equidade e Diversidade” e instituíram o Programa Justiça Carbono Zero, respectivamente, já se encontram contempladas neste relatório.



PAINEL BI SUSTENTABILIDADE

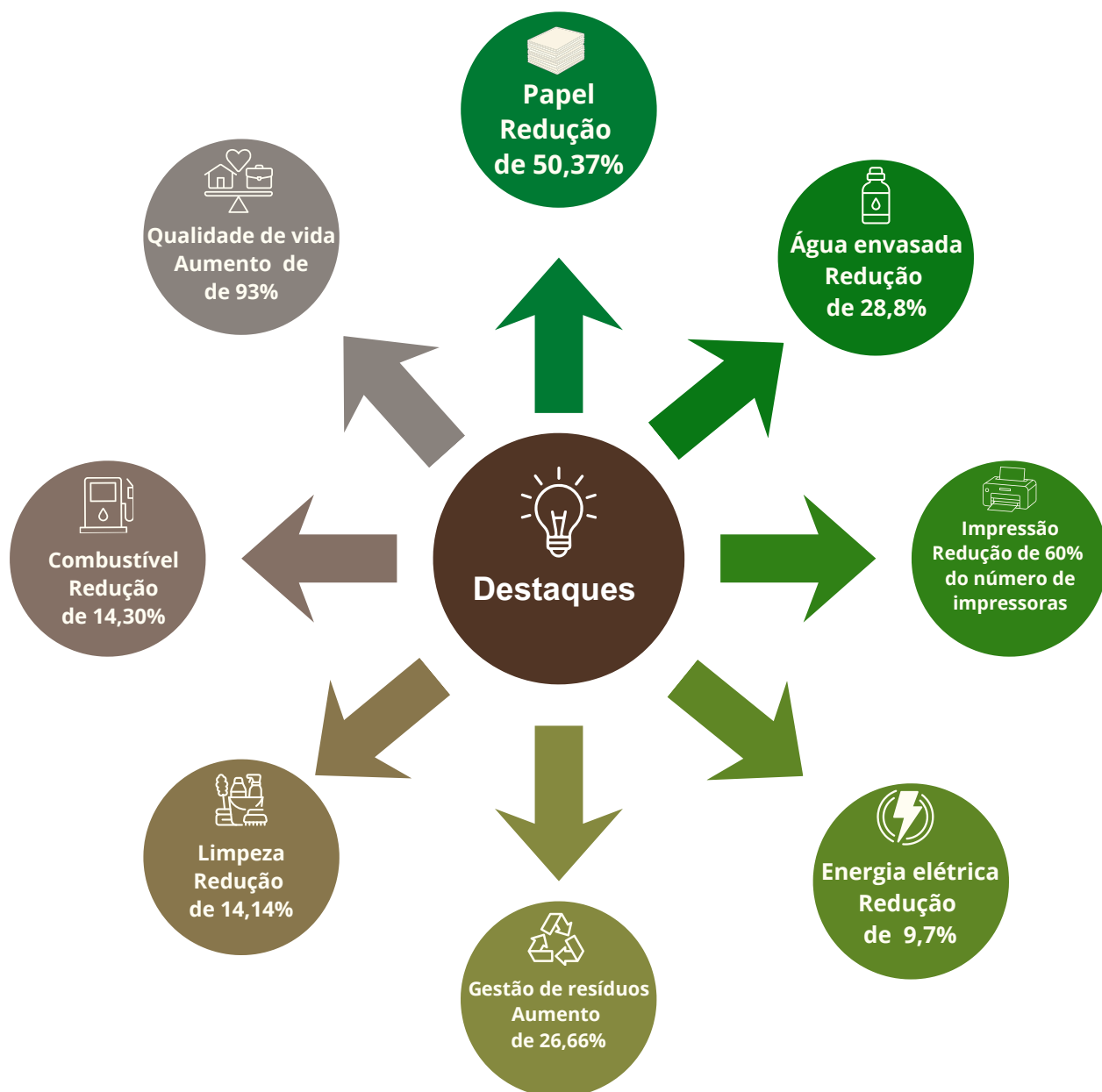
Em 2025, o PAINEL de Business Intelligence de Sustentabilidade consolidou-se como um instrumento estratégico de gestão e de transparência, permitindo o acompanhamento integrado, coletivo e interativo das metas, dos resultados e das ações previstas no Plano de Logística Sustentável da Justiça Federal da 5ª Região (PLS/JF5).

O painel tem contribuído para a melhoria da visualização e do gerenciamento do desempenho regional ao longo dos ciclos do PLS, viabilizando o monitoramento contínuo dos indicadores, tanto em relação às metas quanto aos resultados alcançados, por meio de gráficos dinâmicos, atualizados periodicamente pelas unidades gestoras. Em meados do ano, com o objetivo de ampliar ainda mais a acessibilidade e a compreensão das informações, o painel passou por aprimoramentos em seu layout e por ajustes em seu conteúdo.

Link para acesso ao painel BI: <https://portalbi.trf5.jus.br/portal-bil/painel.html?id=3954>



DESTAQUES DE 2025





Energia Elétrica

2024 - 2.468,03 Kwh/per cap

2025 - 2.490,70 Kwh/per cap



Energia Elétrica

2024 - 20,64 Kwh/m²

2025 - 22,57 Kwh/m²



Papel

2024 - 1.037 resmas

2025 - 1.021 resmas

Impressão

2024 - 691.592 impressões

2025 - 578.673 impressões



RESUMO DOS RESULTADOS

Indicador	Média de referência	Meta	Resultado	Situação
1. Papel	3.087 resmas	redução mínima de 35%	1.021 resmas	
2. Copos Descartáveis	6.487 unidades	redução mínima de 15%	4.897 unidades	
3. Água Envasada 20l	7.314 unidades	redução mínima de 20%	4.103 unidades	
3A. Água Envasada 500ml	N/A	N/A	N/A	
4. Impressão	1.919.418 unidades	redução mínima de 45%	578.653 unidades	
5. Energia elétrica	25 kW/m²	redução mínima de 5,41%	22,57 kW/m²	
5. 1 Energia elétrica	2.760,84 kW/per cap	redução mínima de 5,41%	2.490,70 kW/per cap	
6. Água e Esgoto	0,14 m³/m²	redução mínima de 3,36%	0,21 m³/m²	
6.1 Água e Esgoto	15,74 m³/per cap	redução mínima de 3,36%	23,17 m³/per cap	
7. Gestão de Resíduos	6.528,73 kg	aumento mínimo de 25%	8.270 kg	
8. Reformas e construções	100%	100%	100%	
9. Limpeza	11,74 R\$/m²	aumento máximo de 22%	10,08 R\$/m²	
10. Vigilância	5.283.454,08 reais	aumento máximo de 45%	5.041.859,14 reais	
11. Telefonia	333.495,03 reais	aumento máximo de 25%	381.239,63 reais	
12. Veículos	106.291,36 reais	aumento máximo de 20%	101.523,28 reais	
13. Combustível	21.378,99 litros	aumento máximo de 10%	18.321,52 litros	
14. Aquisições e Contratações	N/A	mínimo 70% das contratações sustentáveis	73%	
15. Qualidade de vida	27 ações	aumento mínimo de 5%	54 ações	
16. Sensibilização e Capacitação em Sustentabilidade	3 ações	aumento mínimo de 15%	23 ações	
17A. Equidade e Diversidade - Capacitação	N/A	mínimo de 2 ações	9 ações	
17B. Equidade e Diversidade - Sensibilização	N/A	mínimo de 2 ações	6 ações	



Meta alcançada



Meta não alcançada

N/A Não se aplica

ANÁLISE DOS RESULTADOS

1 Papel



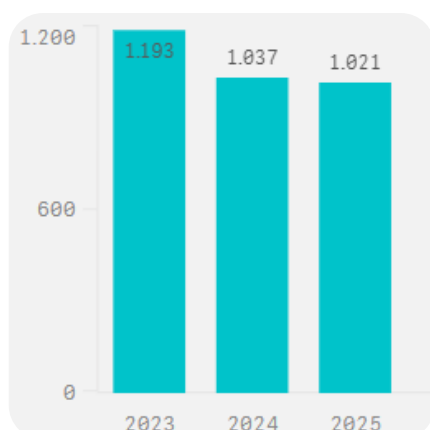
Objetivo: Promover a continuidade da redução do consumo de papel

Meta: Reduzir 35% em relação à média do período anterior

Resultado: **Redução de 50,37%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025

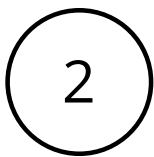


A meta do indicador “consumo de papel” para o exercício de 2025 foi definida com base na média histórica aferida nos anos de 2018, 2019 e 2023, correspondente a 3.087 resmas, estabelecendo-se redução de 35% para o período. Em 2025, o consumo totalizou 1.021 resmas, correspondendo à redução de 50,37%, superando a meta fixada.

Ações realizadas:

A configuração das impressoras para impressão frente e verso, o incentivo ao uso do Office 365 e ao compartilhamento de arquivos por meio da plataforma Teams são medidas que contribuem continuamente para a diminuição das impressões e do consumo de papel.





Copo descartável



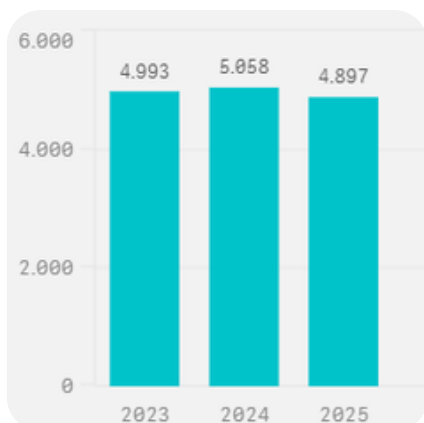
Objetivo: Promover a continuidade da redução do uso de copos descartáveis

Meta: Reduzir 15% em relação à média do período anterior

Resultado: **Redução de 11,19%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



A partir da média verificada nos anos-base, o consumo de copos descartáveis foi de 6.487 centos, tendo sido estabelecida para 2025 a meta de redução de 15%, correspondente a 5.514 centos. No exercício analisado, o consumo totalizou 4.897 centos, permanecendo 11,19% abaixo do limite fixado.

Ações realizadas:

Apesar da realização de ações de sensibilização para a redução do descarte de resíduos plásticos, com destaque para a distribuição de 927 canecas reutilizáveis, em 2025, a magistrados, servidores e estagiários, o resultado obtido não foi satisfatório no que se refere à redução do consumo de copos descartáveis. A iniciativa, embora relevante, ainda não foi suficiente para promover a mudança de comportamento esperada, evidenciando a necessidade de medidas complementares.

Nesse sentido, será necessária a suspensão da aquisição de copos descartáveis, com reforço dos mecanismos de controle do consumo e a exigência de justificativa formal dos diretores responsáveis por eventuais solicitações de compra, de modo a assegurar o alinhamento às diretrizes de sustentabilidade institucional.





Água envasada



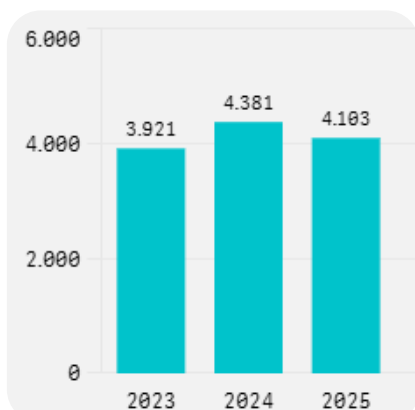
Objetivo: Racionalizar o consumo e gasto de água mineral envasada

Meta: Reduzir 20% em relação à média do período anterior

Resultado: **Redução de 28,38%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



No período de referência (2018, 2019 e 2023), o consumo médio de garrafas de 20 litros de água mineral foi de 7.314 unidades. Para 2025, foi estabelecida a meta de reduzir esse consumo em 20%, correspondente a 5.729 garrafas. No período avaliado, registrou-se o consumo de 4.103 garrafas, 28,38%, portanto abaixo do limite estabelecido para o indicador.

Ações realizadas:

A continuidade da redução do consumo de água mineral envasada decorreu, principalmente, da manutenção do regime de trabalho híbrido, que resultou ao longo dos últimos anos em menor circulação diária de pessoas nas unidades, especialmente nas Subseções do interior do estado, onde o consumo historicamente é mais elevado em razão das condições climáticas mais secas e quentes.



4

Impressão



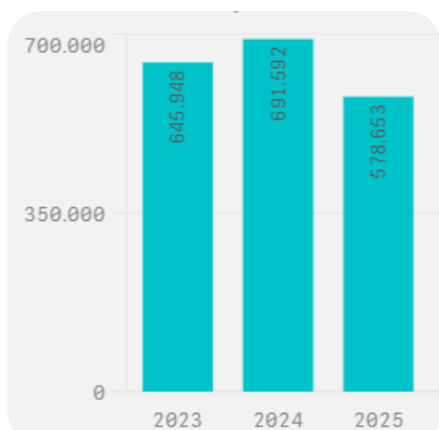
Objetivo: Promover a redução da quantidade de impressões

Meta: Reduzir 45% em relação à média do período anterior

Resultado: **Redução de 45,18%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



Na série histórica considerada (2018, 2019 e 2023), a média de impressões foi de 1.919.418 e fixou-se para 2025 a meta de redução de 45%, correspondente ao limite de 1.055.679,9 impressões. No período avaliado, o total registrado foi de 578.653 impressões, evidenciando redução de aproximadamente 69,85% em relação à média de referência e situando o resultado 45,18% abaixo do limite estipulado.

Ações realizadas:

No âmbito deste indicador, destacam-se as iniciativas conduzidas pela Diretoria de Informática, em especial a redução do parque de equipamentos de impressão, com o incentivo ao uso de impressoras em rede, sobretudo nas Varas, onde ainda era comum existirem equipamentos destinados a servir apenas a um usuário.

Em 2025, o quantitativo foi reduzido para apenas 65 equipamentos, representando uma diminuição de 60% em relação a 2024.



5

Energia elétrica



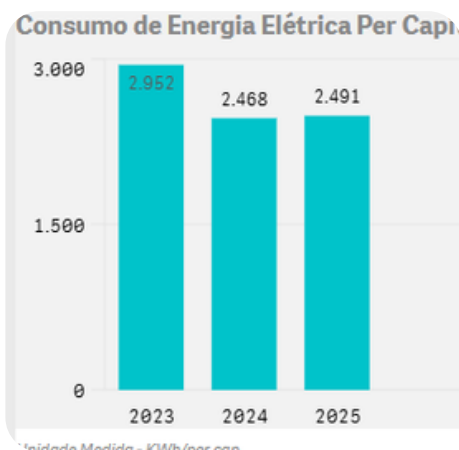
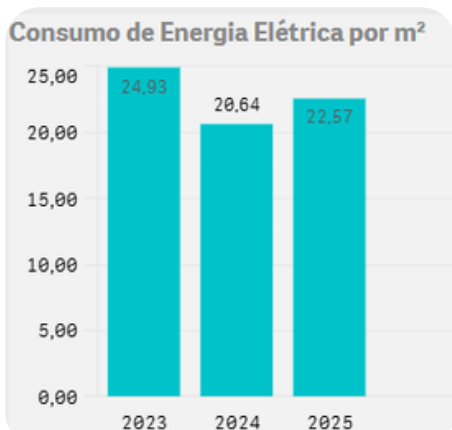
Objetivo: Promover a eficiência energética e investir em fontes alternativas de energia

Meta: Reduzir 5,41% em relação à média do período anterior

Resultado: Redução de 9,72% no consumo de energia elétrica kW/m² e redução de 9,78% no consumo de energia elétrica kW/per capita

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



Consumo de Energia Elétrica – kW/m²

Com base na média histórica apurada (2018, 2019 e 2023), em que o consumo de energia elétrica foi de 25 kWh/m², estabeleceu-se para 2025 a meta de redução de 5,41%, correspondente ao limite de 23,66 kW/m². No período avaliado, o consumo registrado foi de 22,40 kW/m², representando redução de aproximadamente 9,72% em relação ao período de referência e situando-se 4,61% abaixo do limite fixado para o indicador.

Consumo de Energia Elétrica – kW/per capita

No período base analisado (2018, 2019 e 2023), no qual a média de consumo de energia elétrica foi de 2.760,84 kW/per capita, estabeleceu-se para 2025 a meta de redução de 5,41%, correspondente ao limite de 2.612,31 kW/per capita. No período avaliado, o consumo registrado foi de 2.490,70 kW/per capita, representando redução de aproximadamente 9,78% em relação ao período de referência e situando-se 4,66% abaixo do limite fixado para o indicador.

Ações realizadas:

A implantação e o funcionamento pleno das usinas solares fotovoltaicas nas Subseções de Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada, Salgueiro e Petrolina tendem a contribuir de forma ainda mais significativa para a diminuição do consumo de energia elétrica proveniente da rede convencional nos exercícios subsequentes.



5

Água e Esgoto



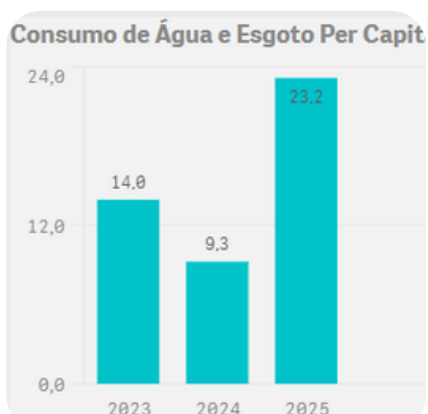
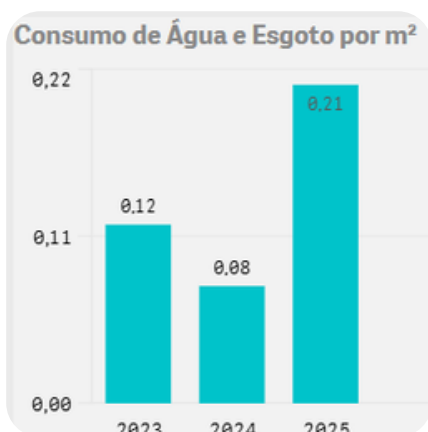
Objetivo: Racionalizar o consumo e gasto de água e esgoto

Meta: Reduzir 3,36% em relação à média do período anterior

Resultado: Aumento de 50% no consumo de água e esgoto relativo - m^3/m^2 e aumento de 47,11% no consumo de água e esgoto m^3 per capita

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



No que se refere ao consumo de água por metro quadrado e per capita, as metas estabelecidas para 2025 previam redução de 3,36% em relação às médias de referência dos anos de 2018, 2019 e 2023, correspondentes aos limites de $0,14 m^3/m^2$ e $15,74 m^3$ /per cap, respectivamente.

No período avaliado, foram registrados $0,21 m^3/m^2$ e $23,17 m^3$ /per cap, valores situados 50% e 47,11% acima das metas estabelecidas. Dessa forma, verifica-se o não atingimento dos objetivos previstos para o indicador no exercício.

A análise dos dados evidenciou a existência de inconsistências nas medições realizadas pela Concessionária nos anos de 2018, 2019 e 2023, o que resultou na redução artificial da média utilizada como ano-base.

Ações realizadas:

Após a conferência e validação das informações, constatou-se que a meta definida para 2025 não refletia adequadamente a realidade do consumo hídrico da instituição, resultando na solicitação de repactuação da meta, com aumento estimado de cerca de 50% para 2026, de modo a refletir de forma mais fidedigna o consumo institucional. Pretende-se, ainda, adotar mais medidas de gestão e manutenção predial, intensificando as ações de manutenção preventiva e substituição de torneiras com defeito, visando à redução de perdas e ao uso mais eficiente da água.



6

Gestão de resíduos



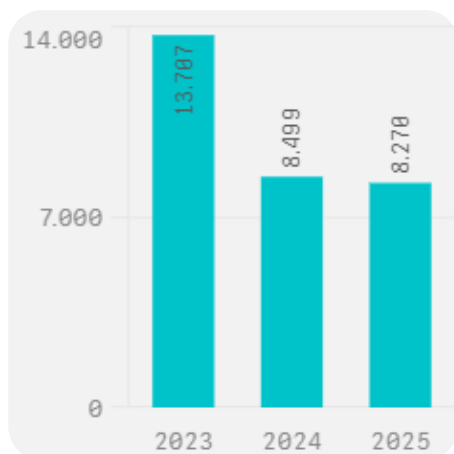
Objetivo: Promover a coleta seletiva e aumentar a reciclagem de resíduos

Meta: Aumentar 25% em relação à média do período anterior

Resultado: **Aumento de 26,66%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



No indicador de gestão de resíduos, considerando o período de referência (2018, 2019 e 2023), a média de resíduos destinados à reciclagem e à destinação ambientalmente adequada foi de 6.529 kg. Para o ano de 2025, estabeleceu-se a meta de ampliação mínima de 25% do volume total de resíduos com destinação ambientalmente adequada de papel, plástico, vidro e metal.

Como resultado, no período avaliado, foram destinados 8.270 kg de resíduos recicláveis. O resultado obtido corresponde a uma superação de 26,66% (108,75 kg) em relação à meta estabelecida, com desempenho superior ao previsto para o indicador.

Ações realizadas:

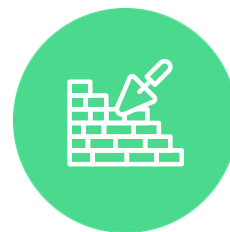
A JFPE destinou à reciclagem, mediante doação à organização da sociedade civil, os materiais em papel analisados e autorizados para descarte pela Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD). Ao todo, foram revertidos 7.742,2 kg de papéis para reciclagem, incluindo processos judiciais dos Juizados Especiais Federais, agravos de instrumento, bem como processos e documentos administrativos. A ação ocorreu conforme editais e avisos publicados no sítio eletrônico da JFPE, sendo resultado dos trabalhos de avaliação documental realizados em 2025.

Cabe destacar, contudo, um desafio estrutural: a redução progressiva do acervo físico de processos, decorrente da digitalização, tem limitado a disponibilidade de materiais em papel para descarte e reciclagem. Esse fator tende a influenciar os resultados futuros do indicador, exigindo a reavaliação de parâmetros e o fortalecimento de ações voltadas à segregação e à destinação ambientalmente adequada de outros tipos de resíduos.





Reformas e construções



Objetivo: Sempre utilizar critérios de sustentabilidade nas reformas

Meta: Realizar 100% das reformas com critérios de sustentabilidade

Resultado: 100% das reformas realizadas com critérios de sustentabilidade

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025

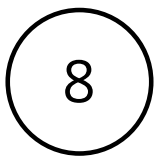


No ano de 2025, foram executadas quatro reformas na SJPE, todas pautadas por critérios de sustentabilidade, devidamente previstos nos respectivos Termos de Referência e observados durante a execução contratual.

Ações realizadas:

Para o atingimento da meta, foram incorporados critérios de sustentabilidade desde o planejamento das contratações, com previsão nos Termos de Referência, contemplando eficiência energética, uso racional de recursos e adequada gestão de resíduos, observados também na execução das reformas.





Limpeza



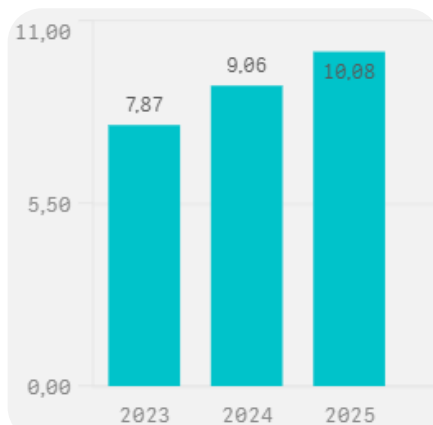
Objetivo: Monitorar e racionalizar os gastos com contrato de limpeza

Meta: Aumentar em até 22% em relação à média do período anterior

Resultado: **Redução de 14,14%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



No período base analisado (2018, 2019 e 2023), o custo médio do contrato de limpeza por metro quadrado foi de R\$ 11,74. Para o exercício de 2025, definiu-se como meta limitar o reajuste contratual a até 22%, correspondente a R\$ 14,32. No período avaliado, o valor apurado foi de R\$ 10,08 por metro quadrado, representando redução de aproximadamente 14,14% em relação ao período base e permanecendo abaixo do limite estabelecido.

Ações realizadas:

Ressalta-se que a economia obtida nesse contrato decorre da eficiência e da capacidade de negociação dos gestores envolvidos, uma vez que, mesmo após o reajuste, o custo desse indicador na Seção Judiciária de Pernambuco ainda permanece como o mais baixo entre todas as unidades da 5ª Região.



9

Vigilância



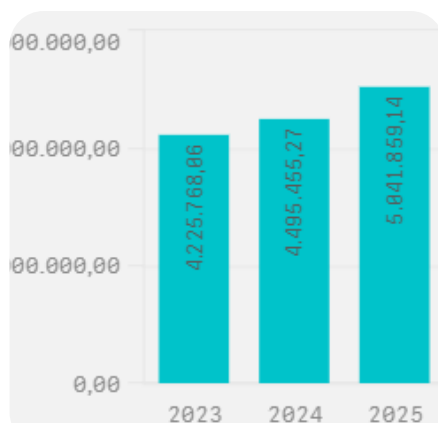
Objetivo: Monitorar e racionalizar o gasto com contrato de vigilância

Meta: Aumentar em até 45% em relação à média do período anterior

Resultado: **Redução de 34,18%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



No período base, o gasto médio com o contrato de vigilância armada e desarmada foi de R\$ 5.283.454,08. Para o exercício de 2025, estabeleceu-se como meta limitar o reajuste desse valor a, no máximo, 45%. No período avaliado, apurou-se gasto de R\$ 5.041.859,14, representando redução de aproximadamente 34,18% em relação a meta estabelecida para 2025 e permanecendo abaixo do limite estabelecido para o indicador.

Ações realizadas:

Considerando que o contrato de vigilância é composto essencialmente por duas variáveis, mão de obra especializada, cujo piso salarial sofre reajustes anuais, e quantitativo de postos de trabalho, e não tendo havido redução no número de postos ao longo do exercício, a tendência natural é de elevação do valor contratual, em razão da inflação e dos reajustes salariais da categoria.

Como medida de mitigação de custos, foram deduzidos do contrato os períodos de recesso forense (01/01/2025 a 06/01/2025 e 20/12/2025 a 31/12/2025), com suspensão dos postos de 44 horas semanais em todas as unidades, gerando economia de R\$ 38.408,18. Ademais, não houve utilização dos serviços de Segurança Pessoal Privada (SPP), no valor mensal de R\$ 31.535,39, contribuindo para a racionalização das despesas.



10

Telefonia



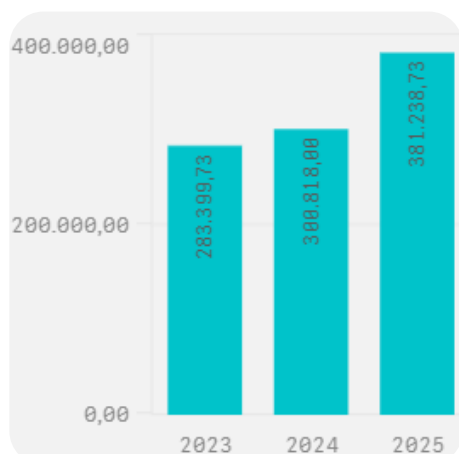
Objetivo: Racionalizar os gastos com serviço de telefonia fixa e móvel

Meta: Aumento de até 25% em relação à média do período anterior

Resultado: **Aumento de 14,32%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



Na série histórica considerada, o gasto médio com os contratos de telefonia fixa e móvel foi de R\$ 333.495,03. Para o exercício de 2025, estabeleceu-se como meta limitar o reajuste desse valor a, no máximo, 25%. Como resultado das ações implementadas, registrou-se um gasto de R\$ 381.239,63, correspondente a um acréscimo de 14,32%, o que possibilitou o cumprimento da meta definida.

Ações realizadas:

Entre as iniciativas que contribuíram para esse resultado, destacam-se a continuidade de campanhas de conscientização sobre o uso racional dos serviços de telefonia, com estímulo à utilização de mensagens instantâneas por meio do Teams e do e-mail, bem como o incentivo à realização de chamadas via Teams.



11

Veículos



Objetivo: Racionalizar os gastos com a manutenção da frota de veículos

Meta: Aumentar até 20% em relação à média do período anterior

Resultado: **Redução de 20,40%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



A média de gastos com manutenção veicular no período base foi de R\$ 106.291,36, tendo sido estabelecida para 2025 a meta de limitar o aumento a até 20%, correspondente ao valor máximo de R\$ 127.549,63. No período avaliado, os gastos totalizaram R\$ 101.523,28, valor de aproximadamente 20,40% inferior ao limite fixado para 2025. Dessa forma, o resultado permaneceu dentro do parâmetro estabelecido para o indicador.

Ações realizadas:

Entre as iniciativas que continuam contribuindo para o alcance do objetivo proposto, destaca-se a continuidade das práticas de gestão da frota, tais como a elaboração de orçamentos completos dos veículos antes de ir à oficina, evitando gastos desnecessários com veículos, a realização do plano de revisão preventiva periódica dos veículos e a prática de doação de veículos inservíveis.



12

Combustível



Objetivo: Racionalizar o consumo e gasto de combustíveis

Meta: Aumentar até 10% em relação à média do período anterior

Resultado: **Redução de 14,30%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



A média dos anos-base para o consumo total de combustível foi de 21.378,99 litros, tendo sido estabelecida a meta de limitar o aumento a até 10% em relação a esse valor de referência, correspondente a 23.516,89 litros. Como resultado das ações implementadas, o consumo totalizou 18.321,52 litros, o que corresponde a uma redução de 14,3%, superando a meta estabelecida.

Ações realizadas:

Entre as iniciativas que continuam contribuindo para o alcance do objetivo proposto, destaca-se a continuidade das práticas de gestão da frota, tais como a aquisição de veículos equipados com GPS, o controle adequado das demandas de deslocamento com veículos oficiais, com ajuste dos percursos conforme a real necessidade e o monitoramento sistemático do consumo dos veículos.





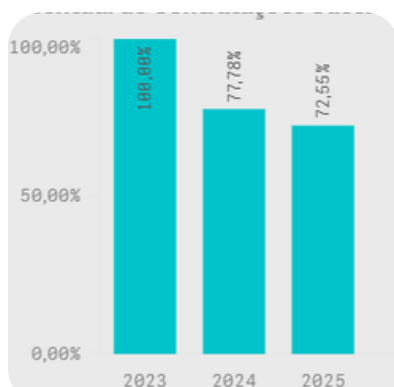
Objetivo: Aumentar a quantidade de licitações com utilização de critérios de sustentabilidade

Meta: Manter o mínimo 70% das contratações sustentáveis

Resultado: 73% das contratações são sustentáveis

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



Em 2025, foram realizadas 51 aquisições/contratações, das quais 37 contemplaram critérios de sustentabilidade devidamente previstos nos respectivos Termos de Referência ou na descrição do objeto, assegurando o cumprimento da meta estabelecida.

Ações realizadas:

Considerando que, desde 2023, o percentual de aquisições e contratações com critérios de sustentabilidade vem diminuindo em relação aos contratos celebrados, é necessário fortalecer não apenas a previsão desses requisitos nos Termos de Referência, mas também seu acompanhamento e efetiva aplicação pelas áreas demandantes. Nesse contexto, destaca-se ainda a realização de ações de divulgação e incentivo à participação dos gestores de contratos no curso “Compras Sustentáveis e a Nova Lei de Licitações”, visando ampliar o conhecimento técnico e estimular a incorporação de critérios socioambientais nas contratações, de modo a assegurar que o indicador de aquisições e contratações sustentáveis continue sendo alcançado nos próximos ciclos de avaliação.



14

Qualidade de vida



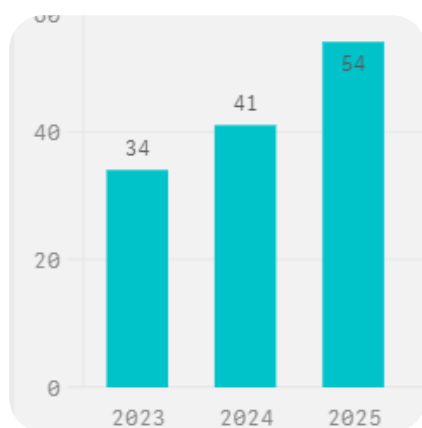
Objetivo: Estimular a participação em ações de qualidade de vida, solidárias e de inclusão

Meta: Aumentar 5% em relação à média do período anterior

Resultado: **Aumento de 93%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



Para fins deste indicador, consideram-se ações de qualidade de vida no trabalho aquelas destinadas a promover a motivação, o bem-estar, a valorização e o comprometimento dos colaboradores.

Nesse contexto, em 2025 foram realizadas 54 ações, sendo 37 relacionadas à qualidade de vida no trabalho, 6 de caráter solidário e 11 voltadas à inclusão, assegurando o cumprimento da meta estabelecida.

Ações realizadas:

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se:

- Realização da Semana Nacional da Saúde no Poder Judiciário;
- Lançamento da Pesquisa de Clima Organizacional para servidores e colaboradores;
- Promoção de eventos alusivos ao Setembro Amarelo;
- Publicação de cartilha pela Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio;
- Instalação de brinquedotecas nas Subseções Judiciárias de Salgueiro, Garanhuns e Ouricuri;
- Acolhimento e capacitação de novos servidores;
- Instalação de bancos vermelhos nas Sedes I e II, em ação de conscientização sobre o feminicídio;
- Realização da Semana do Servidor, com premiação e reconhecimento;
- Adoção de cartas natalinas e entrega de presentes aos filhos de colaboradores terceirizados;
- Encerramento do ano judiciário com a entrega de cestas básicas aos colaboradores terceirizados.



15

Capacitação e sensibilização em sustentabilidade



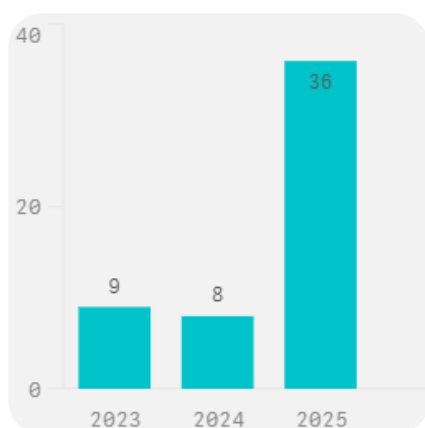
Objetivo: Aumentar o número de ações de capacitação e de sensibilização em sustentabilidade

Meta: Aumentar 15% em relação à média do período anterior

Resultado: **Aumento de 667%**

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2023 a 2025



Ao longo do exercício de 2025, foram realizadas 23 ações relacionadas ao tema “Sensibilização e Capacitação em Sustentabilidade”, sendo 1 ação de capacitação e 22 de sensibilização. Considerando que a média do período base analisado (2018, 2019 e 2023) foi de 3 ações, e que a meta estabelecida consistia em ampliar esse quantitativo em 15%, o resultado alcançado superou de forma expressiva o parâmetro fixado, garantindo o cumprimento da meta.

Ações realizadas:

Entre as ações desenvolvidas no período, merecem destaque:

- Elaboração do primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do edifício-sede, em atendimento à Resolução nº 594/2024 do Conselho Nacional de Justiça;
- Distribuição de 927 canecas a magistrados, servidores e estagiários, visando à redução do uso de copos descartáveis;
- Promoção da Semana do Meio Ambiente, com doação de mudas produzidas em sementeira própria;
- Implantação de horta orgânica na Sede II, com adoção de sistema de compostagem de galhos e folhas secas para produção de adubo;
- Inauguração de horta na Subseção Judiciária de Caruaru, destinada ao cultivo de hortaliças e ervas para utilização na unidade;
- Plantio de 16 mudas no jardim do edifício-sede, sendo 8 palmeiras e 8 ipês, em alusão ao Dia da Árvore.



16

Capacitação em Equidade e diversidade



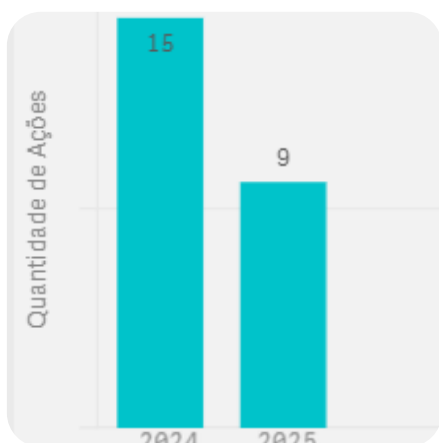
Objetivo: Realizar ações de capacitação em equidade e diversidade

Meta: Realizar no mínimo 2 ações

Resultado: Aumento de 350%

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2024 a 2025



Foram realizadas 9 ações de Capacitação em Equidade e Diversidade, no exercício de 2025.

Ações realizadas:

Dentre as capacitações realizadas, destacam-se:

- Curso "Atendimento a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)";
- Acessibilidade para Surdos na Justiça Federal de Pernambuco: Atendimento Humanizado e Inclusivo";
- Palestra - Agosto Lilás – "Combate à violência contra a mulher".



17

Sensibilização em Equidade e diversidade



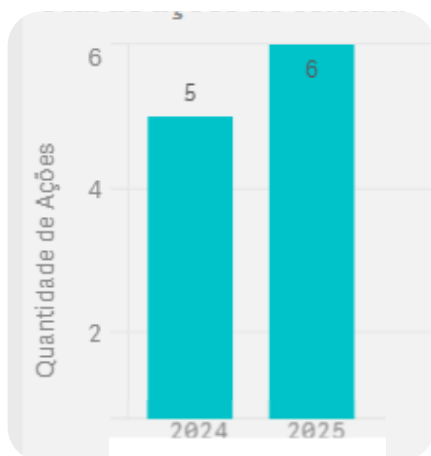
Objetivo: Realizar ações de sensibilização em equidade e diversidade

Meta: Realizar no mínimo 2 ações

Resultado: Aumento de 200%

Análise dos Resultados:

Evolução anual 2024 a 2025



Em 2025 6 ações de Sensibilização em Equidade e Diversidade foram realizadas.

Ações realizadas:

Dentre as ações realizadas, destacam-se:

- Promoção da Semana Nacional de Combate ao Assédio à Discriminação;
- Participação na 4ª Semana de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Federal da 5ª Região;
- Promoção do Agosto Lilás com palestras sobre combate à violência contra a mulher;
- Participação na composição de comitê criado para ampliar acesso de pessoas em situação de rua à Justiça.



JUSTIÇA CARBONO ZERO

Instituído pela Resolução CNJ nº 594/2024, o Programa Justiça Carbono Zero tem como finalidade alcançar a neutralidade de carbono em todos os órgãos do Poder Judiciário até o ano de 2030, em consonância com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da adoção de medidas voltadas à elaboração de inventários, à redução e à compensação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) decorrentes de suas atividades. A implementação do Programa Justiça Carbono Zero representa um compromisso estratégico do Poder Judiciário brasileiro com a sustentabilidade e com a mitigação das mudanças climáticas, alinhando-se às diretrizes e às metas nacionais e internacionais de redução das emissões de GEE.

Ciente de seu papel institucional, a Justiça Federal em Pernambuco tem participado ativamente desse processo, desde a elaboração do Inventário de Emissões de GEE até a construção de seu plano de descarbonização, reafirmando uma postura proativa e responsável na contribuição para o alcance dos objetivos climáticos nacionais e internacionais.

INVENTÁRIO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

A Justiça Federal em Pernambuco apresentou o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), em atendimento à Resolução nº 594, de 08 de novembro de 2024, que estabelece:

Art. 4º Os tribunais e conselhos, por suas unidades técnicas ou mediante a contratação de terceiros, deverão elaborar inventário de emissões de GEE, com a quantificação das emissões geradas em decorrência das atividades desenvolvidas pelo órgão, utilizando a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol.

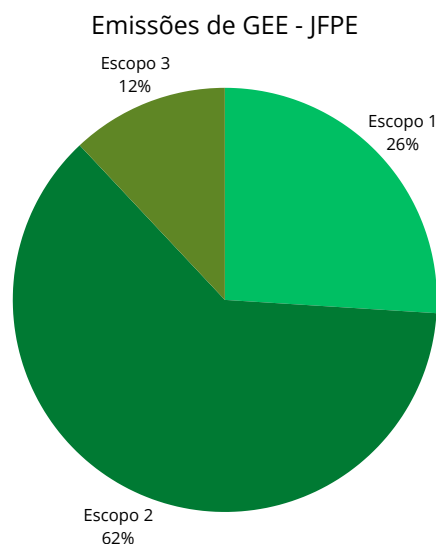
Diretamente relacionado ao Plano de Logística Sustentável (PLS) da Justiça Federal da 5ª Região (PLS-JF5), o documento está alinhado à Resolução CNJ 400, de 16 de junho de 2021, ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário (2024-2026) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, bem como ao Plano Estratégico da Justiça Federal da 5ª Região 2024-2026, estabelecido por meio da Resolução Pleno nº 19, de 30 de junho de 2021.

A elaboração dos inventários também se insere no contexto do movimento global voltado à mitigação das mudanças climáticas e à busca pela neutralidade de carbono.

O diagnóstico apresentado no relatório proporciona à gestão da JFPE uma visão abrangente dos indicadores de emissões de GEE, mensurando seu impacto e a possibilidade de mitigação de tais emissões.



Considerando todas as contabilizações de emissões de GEE concluiu-se que a Emissão Total de Dióxido de Carbono Equivalente do edifício-sede da SJPE foi de 212,76 toneladas, compostas pelos Escopos 1, 2 e 3 e suas categorias nas proporções apresentadas a seguir:



Ações de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa

Em atenção às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 594/2024, que reforça o compromisso institucional do Poder Judiciário com a sustentabilidade e a transição para uma economia de baixo carbono, a Justiça Federal em Pernambuco apresenta as ações estratégicas voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE):

Ações referentes ao Escopo 1

Modernização do sistema de Climatização

- Elaboração de projetos de modernização do sistema de climatização (instalação de sistema VRF).

Os sistemas de climatização VRF são uma tecnologia moderna e eficiente, que ajusta automaticamente o fluxo de refrigerante conforme a demanda de cada ambiente, promovendo economia de energia e redução de emissões. Na Justiça Federal em Pernambuco, o sistema já foi implantado em Caruaru e Petrolina, está em execução no edifício-sede e anexos. Além disso, há projetos previstos para outras subseções, com conclusão estimada até o final de 2026. A iniciativa melhora o conforto térmico e reduz custos operacionais.

Ações referentes ao Escopo 2

Sistema de geração de Energia Solar Fotovoltaica

- Implantação de Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica nas Subseções Judiciárias de Caruaru, Palmares, Garanhuns, Serra Talhada, Salgueiro e Petrolina.



As usinas fotovoltaicas utilizam energia solar, fonte limpa e renovável, para gerar eletricidade de forma sustentável, reduzindo emissões e custos. A Justiça Federal em Pernambuco (JFPE) já possui seis usinas em funcionamento, com capacidade total de 754 kWp, além de um sistema em implantação no edifício-sede e outro previsto para Arcoverde. A meta é alcançar 100% de implantação até o final de 2026, totalizando 2.109 kWp, reforçando o compromisso institucional com eficiência energética e economia de recursos.

Ações referentes ao Escopo 3

Ações de Redução de resíduos sólidos

- Distribuição de 927 canecas em 2025 para todos os magistrados, servidores e estagiários, com o objetivo de reduzir o uso de copos descartáveis no ambiente institucional.

Em 2025, a Justiça Federal em Pernambuco distribuiu 927 canecas reutilizáveis a magistrados, servidores e estagiários, para reduzir o uso de copos descartáveis e a geração de resíduos. A iniciativa incentiva o consumo sustentável e reforça a responsabilidade socioambiental institucional. A ação é complementada por política de compras sustentáveis, com exigência de certificação ambiental e logística reversa.

- 8.270 quilos de resíduos de papel foram reciclados, evitando a destinação para aterros sanitários, em 2024.

Foram descartados 8.270 quilos de resíduos de papel, evitando sua destinação a aterros sanitários.

Por meio de parceria com a ONG Reecycle, foram disponibilizados no térreo do edifício-sede da JFPE e na Sede 2, pontos de coleta de materiais recicláveis para o descarte consciente de equipamentos eletrônicos e periféricos, tendo sido recolhidos 83 kg de resíduos eletroeletrônicos.

Além disto, as obras em andamento na JFPE realizaram o descarte adequado de 91.760 Kg de resíduos sólidos.

- Desde 2022, 100% das reformas e obras da JFPE incluem critérios de sustentabilidade.

A construção da sede definitiva da Subseção Judiciária de Arcoverde prioriza soluções sustentáveis, como iluminação LED, aproveitamento de luz natural, uso de flora nativa, brises e combogós para conforto térmico, além de pavimentação permeável e pátio central. O projeto também garante acessibilidade e bem-estar, com balcões acessíveis, espaço de amamentação e brinquedoteca. A obra está na fase final de concretagem da laje e fechamento das alvenarias.



Como anteriormente informado, o inventário de emissões da Justiça Federal em Pernambuco registrou 213 toneladas de CO₂ equivalente, distribuídas entre 26% (55 toneladas) no Escopo 1, 62% (113 toneladas) no Escopo 2 e 12% (25 toneladas) no Escopo 3. A maior parte das emissões teve origem no consumo de energia elétrica, evidenciando a necessidade de investimentos em eficiência energética e na adoção de fontes renováveis.

As emissões provenientes da queima de combustíveis fósseis em fontes móveis e estacionárias, embora menos expressivas em termos absolutos, também demandam atenção por representarem fontes diretas de gases de efeito estufa (GEE).

Foram identificadas categorias não mensuradas, especialmente relacionadas ao Escopo 3 (outras emissões indiretas). Esse escopo abrange emissões decorrentes de atividades como transporte e distribuição indiretos, geração de resíduos sólidos e efluentes, viagens a serviço e deslocamento casa–trabalho–casa dos colaboradores.

Neste primeiro inventário, foram consideradas apenas as emissões geradas pelas viagens a serviço da instituição. Para o próximo ciclo, o levantamento será ampliado, incluindo as emissões do deslocamento casa-trabalho-casa, de modo a oferecer um diagnóstico ainda mais abrangente do impacto institucional. Mais do que apresentar resultados, o inventário estabelece uma base estratégica para o planejamento de ações de redução da pegada de carbono, reforçando a importância de aperfeiçoar a coleta de dados, engajar os setores internos e promover a conscientização ambiental em toda a Justiça Federal em Pernambuco.

Embora as emissões classificadas no Escopo 3 não sejam obrigatórias segundo as diretrizes do GHG Protocol, sua consideração demonstra a preocupação institucional com a rastreabilidade, a transparência e a completeza das informações, evidenciando o amadurecimento do processo de inventariação de emissões na JFPE. A ampliação do monitoramento para essas categorias reforça a visão estratégica da instituição quanto à gestão climática e à melhoria contínua de seus indicadores ambientais.

Nesse contexto, foi iniciada a contratação de empresa especializada para dar continuidade ao inventário, com foco na consolidação metodológica, no aperfeiçoamento da coleta de dados e na mensuração das categorias ainda não contabilizadas. O processo encontra-se em fase de coleta de informações junto aos setores internos, bem como de finalização do respectivo Registro de Preços, etapa fundamental para assegurar a continuidade, a consistência técnica e a confiabilidade dos dados apurados nos próximos ciclos de monitoramento.

Dessa forma, a JFPE reafirma seu compromisso com a governança socioambiental, com o alinhamento às melhores práticas de gestão de emissões e com o fortalecimento das ações previstas em seu Plano de Logística Sustentável (PLS), consolidando avanços rumo a uma atuação institucional cada vez mais responsável e sustentável.



AÇÃO DE REDUÇÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Projeto Sementeira

A Sementeira da Seção Judiciária de Pernambuco é um exemplo consolidado de boa prática socioambiental e de gestão sustentável no âmbito do Poder Judiciário Federal. Criada há mais de 15 anos pelo servidor Abnilson Vilar, paisagista com formação técnico-agrícola e em gestão ambiental, a iniciativa surgiu com o propósito de recuperar e ampliar as áreas verdes no entorno do edifício-sede da JFPE, localizado em um terreno de ampla extensão. Desde a sua criação, a Sementeira tem se destacado pela produção de diversas espécies vegetais nativas e ornamentais, como crótons, íris-da-praia, peperômias, jiboias, mini costela-de-adão, imbés, espada-de-são-jorge, chapéu-de-napoleão, dianella e diferentes tipos de palmeiras. Todo o trabalho de cultivo e plantio é executado pela equipe de jardinagem da própria instituição, o que valoriza o conhecimento técnico interno e reforça o uso racional dos recursos públicos. Com o passar dos anos, a iniciativa ampliou seu alcance, passando a fornecer mudas às Subseções Judiciárias do interior do estado, promovendo a replicação das boas práticas ambientais e a integração entre as unidades. Em 2022, a Sementeira foi fortalecida por meio de parceria com a Comissão Socioambiental da SJPE, que possibilitou a doação de mudas a servidores, magistrados e colaboradores em ações alusivas ao Dia Mundial do Meio Ambiente. O êxito dessa parceria levou à inclusão da iniciativa no calendário anual de ações socioambientais, consolidando-a como um verdadeiro case de sucesso institucional. Outro destaque é o caráter sustentável de todo o processo produtivo: os recipientes utilizados no cultivo são materiais reaproveitados, como vasilhames plásticos, latas de tinta, copos descartáveis e bombonas de produtos de limpeza, evitando o descarte inadequado e contribuindo para a redução de resíduos sólidos. Além disso, a Sementeira adota práticas de compostagem de resíduos orgânicos, em parceria com a Ceasa e instituições sem fins lucrativos, fechando o ciclo de reaproveitamento e fortalecendo a economia circular.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório evidencia que a JFPE manteve, ao longo do exercício de 2025, um desempenho consistente e alinhado às metas de sustentabilidade estabelecidas no âmbito do Plano de Logística Sustentável (PLS) e aos indicadores definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os resultados alcançados demonstram a consolidação das ações implementadas nos ciclos anteriores, bem como o fortalecimento da gestão eficiente dos recursos, da mitigação de impactos ambientais e da incorporação de práticas sustentáveis nas rotinas institucionais.

Observa-se o amadurecimento da governança socioambiental, com maior integração entre áreas administrativas, magistrados, servidores e colaboradores, fator determinante para a manutenção dos índices de desempenho e para a ampliação do alcance das iniciativas sustentáveis. Esse engajamento coletivo reafirma a sustentabilidade como valor institucional e elemento estratégico da gestão pública no âmbito da Justiça Federal em Pernambuco.

Os resultados obtidos reforçam o papel da JFPE como referência regional na implementação do PLS, contribuindo para o alinhamento da 5ª Região às diretrizes nacionais de sustentabilidade do Poder Judiciário. Ainda que os avanços sejam significativos, o relatório também aponta oportunidades de aprimoramento contínuo, essenciais para a evolução dos processos, inovação das práticas e ampliação dos impactos positivos gerados.

Dessa forma, a expectativa para os próximos ciclos é a manutenção das boas práticas já consolidadas, aliada ao aperfeiçoamento das ações e ao fortalecimento de uma cultura organizacional cada vez mais comprometida com a governança sustentável, a eficiência administrativa e o desenvolvimento sustentável, em consonância com os princípios da responsabilidade socioambiental e da melhoria contínua.





JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Plano de Logística Sustentável

Relatório de Desempenho 2025



JF5
EM REDE